

Mandado de Segurança n.º 1406866-68.2019.8.12.0000/

Órgão Especial

Relator: DESEMBARGADOR CLAUDIONOR MIGUEL ABSS DUARTE

Impetrante: SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PODER
JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL -
SINDIJUS

Impetrado: PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE
MATO GROSSO DO SUL

Litisconsorte passivo: ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

COLENDO ÓRGÃO ESPECIAL:

Trata-se de Mandado de Segurança, com pedido liminar, impetrado por **SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – SINDIJUS** -, contra conduta supostamente perpetrada pelo **PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**; apontando-se, como suposto ato coator a ensejar o remédio constitucional, negativa da Autoridade em providenciar adequado reajuste anual de vencimentos aos servidores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul.

Consoante se colhe da narrativa exordial, a base da insurgência mandamental partiria mesmo de suposto desrespeito, pela Autoridade apontada como coatora, concernente a deveres de reajuste tempestivo e cômputo de vencimentos de servidores públicos integrantes do quadro de pessoal do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul; reajuste que, nos moldes do que preconiza o artigo 37-A da Lei Estadual de número 3.687/2009, gize-se, em geral, deve ser providenciado em conformidade com o índice INPC/IBGE, em periodicidade anual, até o mês de março de cada ano.

A propósito, informou, o Sindicato Impetrante, que, no ano de 2018, muito embora devesse conceder reajuste aos servidores judiciários estaduais tomando como base a variação acumulada do INPC/IBGE referente aos anos de 2016 e 2017 (*a fim de cobrir certa defasagem na recomposição inflacionária do valor dos vencimentos pertinentes*), a Autoridade tida por coatora concedera inferido reajuste levando em consideração tão-só a variação do índice INPC/IBGE do ano de 2016 (*recomposição inflacionária que, naquele momento, afigurava-se aplicada com cerca de 01 ano de atraso*); não incluído, em tal reajustamento, assim, a variação do índice INPC/IBGE pertinente ao ano de 2017.

Já neste ano de 2019, a despeito de permanecer o dever de providenciar o respectivo reajuste anual mediante aplicação contraprestacional de variações negativas acumuladas dos anos de 2017 (residual) e 2018, a Administração da Corte Estadual apenas haveria apresentado proposta de recomposição financeira geral de 2,07% (dois vírgula zero sete por cento), lastreada exclusivamente na inflação do ano de 2017 (reajuste cujo índice já deveria ter sido concedido na data-base de 2018). Com respeito, à reposição inflacionária atinente ao ano de 2018 (índice estabilizado em 3,43%), não integraria tal reajustamento concessivo neste ano de 2019, à míngua de verbas disponíveis para esse suporte.

Em sede de negociações e tratativas, e no dia 27 de abril de 2019, a categoria chancelada pelo Sindicato Impetrante teria rejeitado a proposta referida, certo que, em contrapartida, e no dia 30 de abril de 2019, haveria postulado que o reajuste referente às perdas acumuladas no ano de 2017 (INPC/IBGE: 2,07%) fosse aplicado sobre os vencimentos pertinentes de modo retroativo a março de 2018 (em diferença a ser quitada pelo Erário mediante parcela indenizatória única); no que concerne à recomposição pela

inflação de 2018 (3,43%), a proposição cingir-se-ia a que fosse aplicada neste ano de 2019, até 31 de maio de 2019, com caráter retroativo a março de 2019.

Ocorreria, todavia, que a contraproposta da categoria não haveria sido acatada pela Autoridade Impetrada, a qual, de seu turno, em 08 de maio de 2019, encaminhara, ao Presidente da Assembleia Legislativa Estadual, Ofício (n.º 168.0.073.0035/2019) condutor de projeto de lei de reajuste salarial dos servidores do Poder Judiciário apenas com base na variação acumulada do INPC do ano de 2017 (índice de 2,1%), correção que, como visto, já deveria ter sido concedida desde o ano de 2018; ignorando-se, no mais, as perdas inflacionárias acumuladas do ano de 2018, a serem aplicadas neste ano de 2019 (índice peculiar de 3,43%).

Nesse sentido, o reajuste concedido pela Autoridade neste ano de 2019 - *que, somado (2,07% + 3,43%), deveria corresponder a um índice de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento)* -, não estaria a assegurar a reposição salarial com esteio na plena inflação acumulada dos períodos pretéritos (2017 e 2018), atrelando-se apenas ao ano retrasado (2017); tudo a violar direito líquido e certo dos interessados de revisão remuneratória geral e anual pelo índice INPC/IBGE, sempre na mesma data (mês de março de cada ano) e sem distinção de índices, inteligência do artigo 37, inciso X, da Constituição Federal c/c artigo 37-A da lei Estadual de número 3.687/2009.

Em finalização expositiva, qualquer argumento financeiro não estaria a servir como justificativa para a precitada violação remuneratória, eis que, se por um lado, a hipótese não permearia as limitações estatuídas pelo artigo 22 da Lei Complementar de n.º 101/2000 (LRF), de outro, subsistiria dotação orçamentária plena ao aspirado reajuste, nos termos de Relatório de Gestão Fiscal (*demonstrativo da despesa judiciária com pessoal, orçamento fiscal e seguridade social atinentes aos meses de maio de 2018 a abril de 2019*), bem assim de estudo conclusivo de disponibilidade financeira confeccionado pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos).

Com base em tais premissas, pugnou, o Sindicato Impetrante, pela concessão de liminar, *inaudita altera*

parte, a determinar suplementar reposição/reajuste salarial dos servidores judiciários neste ano de 2019, de molde a também abarcar, além da reposição atinente ao ano de 2017, as perdas inflacionárias constatadas ao longo do ano de 2018; acumulado do índice INPC/IBGE que orbita a monta de 3,43% (três vírgula quarenta e três por cento). Ao final, requestou-se a concessão em definitivo da ordem.

Em decisão monocrática de f. 203-206, o **Excelentíssimo DESEMBARGADOR-RELATOR CLAUDIONOR MIGUEL ABSS DUARTE**, mediante juízo de cognição sumária, deliberou por **indeferir o pedido liminar** apresentado em sede pioneira. Ato contínuo, determinou-se a notificação da autoridade apontada como coatora para oportuna prestação de informações; a cientificação da Procuradoria-Geral do Estado quanto aos termos da demanda para respectiva manifestação meritória; e, enfim, vista à Procuradoria-Geral de Justiça para oportuno parecer.

Envidadas providências de marcha processual pela escrivania, **foram prestadas informações nos autos pelo Estado de Mato Grosso do Sul (f. 213/214-222), bem assim pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul (f. 233-240).**

Seria o caso, portanto, de pronta oferta de parecer por este Órgão Ministerial.

Ocorre, todavia, que, perscrutando-se os elementos cognitivos acostados aos autos, **de se verificar que a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado Mato Grosso do Sul arguiu MATÉRIA PRELIMINAR em informações retrocitadas**; inferida preliminar, a propósito, conduto para pretensa extinção do feito sem resolução meritória, tem em conta suposta **inadequação da via eleita** para a tutela do direito elencado no bojo do *writ*.

Com efeito, sustenta, a Autoridade Impetrada, que a alteração remuneratória requestada, via reajuste anual, dependeria da edição de lei específica, ao passo que a função legislativa estatal não estaria propriamente cometida ao Poder Judiciário Estadual. Outrossim, a sumariedade do procedimento mandamental estaria a conflitar com a necessidade de instrução probatória *in casu*, a aferir a disponibilidade financeira do

Tribunal de Justiça para concessão do reajustamento nos índices postulados pelo Sindicato Impetrante.

Ora, cediço que a vertente preliminar sob análise detém aptidão, em tese, para enunciar prejuízo à tramitação ortodoxa da ação constitucional, inarredável que a parte adversa seja ouvida sobre o assunto, pois, como estabelece o artigo 10 do Código de Processo Civil (cuja aplicação à fatispécie é autorizada em caráter subsidiário), arejamento geral do processo civil, “*O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício*”.

Melhor esclarecendo, uma vez que a preliminar refoge da linha cognitiva processual até então delimitada pela causa de pedir exordial (*consubstanciando, em verdade, ponto argumentativo inédito ao ponto de vista autoral*), **prudente e jurídico que, sobre o assunto, se dê ciência ao Sindicato Impetrante, a fim de, querendo, possa exercer oportuno contraditório às teses alinhavadas**; pois, a despeito da sumariedade procedimental do *mandamus*, a tese preliminar, potencialmente, poderá influir no conteúdo do julgamento e, se assim for, uma vez olvidada a vista à parte interessada, estar-se-ia a fomentar decisão avessa ao interesse do demandante sem que ao mesmo fosse dada a oportunidade de efetivamente participar da mesma decisão respeitante à sua própria esfera jurídica.

Nesse diapasão, é certo que a providência proposta permeia baldrame condicional ao devido processo legal, mantendo o padrão isonômico do conflito de interesses e a paridade de armas na conjuntura da disputa processual (higidez formalística que deve conformar todo e qualquer procedimento judicial).

À vista do exposto, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio de seu **PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA JURÍDICO**, a fim de se evitar a chamada “decisão-surpresa” e no escopo de resguardar o procedimento do *writ of mandamus*, o princípio do Devido Processo Legal e a cabal elucidação casuística, **requer seja cientificado o Sindicato Impetrante** (por intermédio de seus Procuradores constituídos nos autos) **quanto à**

PRELIMINAR DE INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA vertida pela Presidência do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul em informações de f. 233-240; a fim de que, querendo, manifeste-se oportunamente acerca da matéria, resguardando-se, assim, a possibilidade e as perspectivas subjetivas de todos os implicados no feito de influir no conteúdo decisório.

Após, requesta-se a abertura de nova vista dos autos a esta Procuradoria-Geral de Justiça para emissão de respectivo parecer, consoante dispõem o artigo 12, *caput*, da Lei Federal de n.º 12.016/2009¹ e o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul².

Campo Grande, 1.º de agosto de 2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES,
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico.

¹ **Art. 12.** Findo o prazo a que se refere o inciso I do caput do art. 7º desta Lei, o juiz ouvirá o representante do Ministério Público, que opinará, dentro do prazo improrrogável de 10 (dez) dias.

² **Art. 454.** Recebidas as informações ou expirado o prazo sem o seu oferecimento, o relator mandará ouvir a Procuradoria-Geral de Justiça, que emitirá parecer em cinco dias.



Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul
Gabinete do Des. Claudionor Miguel Abss Duarte
Órgão Especial

Mandado de Segurança Coletivo nº 1406866-68.2019.8.12.0000.

Impetrante: Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul.

Impetrado: Presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

Litisconsorte Passivo Necessário: Estado de Mato Grosso do Sul.

Visto.

Defiro o requerimento do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (págs. 244-245) para cientificar o impetrante, **Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul (SINDJUS/MS)** quanto à preliminar de inadequação da via eleita, arguida, nas informações de págs. 233-240, pela **Presidência do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul**.

Intimem-se. Publique-se. Cumpra-se.

Campo Grande, 9 de agosto de 2019.

Des. Claudionor Miguel Abss Duarte
Relator